ISSN: 2358-8829

# ENTRE DADOS E PRÁTICAS: AVANÇOS E DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO NO ÂMBITO DO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA NA REDE MUNICIPAL DE CANGUARETAMA-RN

Iêda Francisca Lima de Farias
*E-mail: iedalf@gmail.com* [1]

## INTRODUÇÃO

A alfabetização constitui uma etapa fundamental da trajetória escolar, pois amplia as possibilidades de participação das crianças nas práticas sociais de leitura e escrita e sustenta a aprendizagem nas diferentes áreas do conhecimento. Por isso, assegurar que todas as crianças se alfabetizem no período adequado exige mais do que a realização de atividades pontuais: requer planejamento, formação dos profissionais, acompanhamento pedagógico, avaliação contínua e decisões educacionais orientadas pelas necessidades reais dos estudantes.

No Brasil, o direito à educação e as responsabilidades dos sistemas de ensino são estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996). A Base Nacional Comum Curricular – BNCC apresenta aprendizagens essenciais que orientam o trabalho pedagógico na Educação Básica e destaca a centralidade da alfabetização nos primeiros anos do Ensino Fundamental (BRASIL, 2018). Nesse contexto, políticas públicas nacionais e ações de colaboração entre os entes federados

[11] Graduada em Pedagogia pela Universidade Potiguar – UnP/RN;
Graduada em Letras Língua Portuguesa pelo Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy/RN;
Especialista em Educação – FAL/RN;
Especialista em Gestão da Educação Municipal - Universidade Federal da Paraíba – UFPB;
Especialista em Língua Portuguesa: Gramática, Texto e Discurso - Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN;
Especialista em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFRN;
Especialista em Educação Digital e Inovação Pedagógica na Educação Básica – UFMS;
Especialista em Alfabetização e Letramento na Educação Básica II - IFRN (cursando);
E-mail: iedalf@gmail.com;

procuram fortalecer a capacidade dos sistemas de ensino para garantir o direito à alfabetização. Entre essas iniciativas, situa-se o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), lançado em 2023, referência principal da experiência relatada neste trabalho (BRASIL, 2023).

Este artigo apresenta um relato de experiência construído a partir da atuação na articulação municipal do CNCA na rede pública de ensino de Canguaretama/RN. O foco recai sobre a relação entre dados educacionais e práticas pedagógicas, de modo que o acompanhamento das aprendizagens, a formação continuada e o planejamento de intervenções podem contribuir para orientar o trabalho das escolas e fortalecer a alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A relevância do relato está em registrar avanços e desafios observados no contexto municipal, articulando evidências quantitativas do Indicador Criança Alfabetizada a observações sobre o trabalho pedagógico. O indicador do município passou de 32,26% em 2024 para 46,70% em 2025, uma elevação de 14,44 pontos percentuais. Embora o resultado represente recuperação expressiva em relação ao ano anterior, permaneceu 4,23 pontos percentuais abaixo da meta de 50,93%. A trajetória também mostra a necessidade de interpretar os resultados de maneira contínua e não apenas a partir de um ano isolado.

O objetivo geral é analisar, por meio de um relato de experiência, avanços e desafios do processo de alfabetização na rede municipal de Canguaretama/RN, considerando a articulação entre acompanhamento pedagógico, formação continuada, uso de avaliações e planejamento de intervenções no âmbito do CNCA. Especificamente, busca-se descrever a evolução do indicador municipal entre 2023 e 2025, sistematizar aspectos qualitativos identificados na atuação municipal e refletir sobre os desafios que permanecem para a consolidação das aprendizagens.

O texto está organizado em cinco partes: introdução, metodologia, referencial teórico, resultados e discussão e considerações finais. A análise não pretende atribuir a variação do indicador a uma única ação, bem como estabelecer uma relação causal que os dados disponíveis não permitem demonstrar. Busca, antes, registrar tendências, práticas e desafios relatados na experiência, oferecendo elementos para o planejamento e a continuidade das ações municipais.

ISSN: 2358-8829

## METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa, elaborado a partir das vivências e ações desenvolvidas no âmbito da articulação municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada em Canguaretama/RN. A experiência considera o acompanhamento das práticas pedagógicas de professores em sala de aula, a análise dos resultados das avaliações, a identificação de desafios e necessidades pedagógicas e o planejamento de intervenções voltadas ao fortalecimento da alfabetização.

O recorte quantitativo abrange os dados do Indicador Criança Alfabetizada referentes a 2023, 2024 e 2025 e a meta de 50,93% apresentada no material de origem. Os elementos são tratados de forma descritiva, mediante comparação entre os percentuais anuais e cálculo das diferenças em pontos percentuais. A dimensão qualitativa é organizada em eixos relacionados às ações e percepções: formação continuada; uso dos resultados de avaliações no planejamento; acompanhamento das práticas docentes; atenção às necessidades de aprendizagem; e desafios associados aos diferentes ritmos das crianças e à consolidação das práticas pedagógicas.

Para a organização do relato, foram aproximadas duas fontes de evidência: os dados do indicador educacional e os registros de experiência relacionados à articulação municipal. Essa aproximação permite discutir como a leitura dos resultados pode dialogar com decisões pedagógicas, sem tratar a coincidência temporal entre ações e melhoria do indicador como prova de causalidade. Os percentuais, isoladamente, não identificam quais ações produziram efeitos específicos, nem permitem comparar o desempenho de escolas, turmas ou grupos de estudantes.

A análise foi desenvolvida em três movimentos. Primeiro, sistematizou-se a evolução anual do indicador, observando a queda entre 2023 e 2024 e a recuperação registrada em 2025. Em seguida, foram agrupados os apontamentos qualitativos em temas recorrentes: compromisso dos profissionais, formação continuada, uso pedagógico das avaliações e mudanças nas práticas de leitura, escrita e fluência leitora. Por fim, esses elementos foram discutidos à luz dos documentos de referência, especialmente a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Base Nacional Comum Curricular (2018) e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (2023).

Por se tratar de um relato de experiência fundamentado nas informações de cunho qualitativo, por meio de observações, não se acrescentam quantitativos de participantes,

escolas, turmas ou instrumentos que não constam no material de origem. Também não se apresentam falas individuais, nomes de estudantes ou dados pessoais. A principal limitação metodológica é a natureza sintética das informações disponíveis: os registros permitem identificar tendências e desafios gerais, mas não mensurar isoladamente o efeito de cada ação, estabelecer relações estatísticas entre variáveis ou generalizar os achados para outras redes de ensino.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão da alfabetização como direito de aprendizagem exige considerar tanto os marcos legais quanto as condições concretas de sua efetivação nas escolas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece as bases para a organização da educação brasileira e orienta a atuação dos sistemas de ensino na oferta de uma educação voltada ao desenvolvimento dos estudantes (BRASIL, 1996). Esse marco situa a alfabetização como parte de uma responsabilidade pública mais ampla, que envolve assegurar acesso, permanência e aprendizagem, e não apenas matrícula ou frequência escolar.

A BNCC, por sua vez, organiza as aprendizagens essenciais da Educação Básica e serve de referência para o planejamento curricular. Nos anos iniciais, o trabalho com a linguagem escrita envolve apropriação do sistema de escrita alfabética, leitura, produção textual, oralidade e participação em práticas sociais de linguagem (BRASIL, 2018). Essa perspectiva reforça que alfabetizar não se limita a reconhecer letras ou decodificar palavras, requer criar condições para que as crianças compreendam, produzam e utilizem textos em diferentes situações, com progressão e acompanhamento das aprendizagens.

As políticas nacionais de alfabetização representam respostas institucionais a esse desafio. A Política Nacional de Alfabetização, publicada em 2019, integra o conjunto de documentos que compõem o debate brasileiro sobre a alfabetização (BRASIL, 2019). Para a experiência aqui analisada, a referência central é o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, lançado em 2023, cuja inserção no cotidiano municipal requer articulação entre gestão, formação, acompanhamento e práticas pedagógicas (BRASIL, 2023). A implementação de uma política nacional, contudo, ocorre em contextos locais diversos e

ISSN: 2358-8829

depende da capacidade de traduzir diretrizes em ações coerentes com as necessidades de cada rede.

Nessa tradução, a formação continuada pode favorecer a reflexão sobre as práticas docentes, o estudo de estratégias de ensino e a análise coletiva de problemas que se manifestam no cotidiano da sala de aula. Nesse contexto, registra-se o fortalecimento da formação continuada e o comprometimento dos profissionais como aspectos observados no período analisado, nos momentos formativos. Esses elementos devem ser compreendidos como componentes de um processo permanente, a formação ganha sentido quando dialoga com o currículo, com os resultados de aprendizagem e com as decisões tomadas pelos professores e equipes pedagógicas.

A avaliação educacional, nesse contexto, é relevante quando seus resultados são utilizados para compreender o que os estudantes já aprenderam, identificar habilidades que ainda precisam ser desenvolvidas e ajustar o planejamento. O acompanhamento dos indicadores pode contribuir para que a gestão municipal e as escolas reconheçam tendências mais amplas; é importante apontar que a avaliação realizada no contexto da turma permite observar necessidades específicas e planejar intervenções mais próximas da realidade dos estudantes. O uso dos resultados das avaliações são elementos primordiais para subsidiar no planejamento, indicando um movimento de aproximação entre dados e decisões pedagógicas.

Os indicadores, entretanto, não substituem a observação dos processos de aprendizagem não explicam, por si mesmos, as razões de um resultado. Precisam ser interpretados em conjunto com registros pedagógicos, acompanhamento do ensino e conhecimento do contexto escolar. A contribuição do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED), como referência para avaliações e indicadores educacionais, está situada nesse campo de produção e sistematização de informações que podem apoiar a análise educacional (CAED, 2026). A leitura responsável dos dados exige distinguir descrição, interpretação e causalidade.

Assim, o referencial que orienta este relato articula três dimensões: alfabetização como direito; desenvolvimento profissional e acompanhamento das práticas docentes; e avaliação como subsídio ao planejamento e à intervenção pedagógica. Essa articulação ajuda a compreender por que os resultados quantitativos devem ser lidos em conjunto com o trabalho realizado nas escolas e por que os avanços no indicador precisam ser

ISSN: 2358-8829

acompanhados de estratégias contínuas para consolidar a aprendizagem de todas as crianças.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A evolução do Indicador Criança Alfabetizada - ICA no município apresenta três momentos no recorte informado. Em 2023, o indicador foi de 37,70%. Em 2024, caiu para 32,26%, representando uma redução de 5,44 pontos percentuais em relação a 2023. Em 2025, alcançou 46,70%, o que representa um crescimento de 14,44 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Em relação ao valor de 2023, o resultado de 2025 ficou 9,00 pontos percentuais acima.

O percentual de 46,70% alcançado em 2025 aproxima o município da meta de 50,93%, mas ainda existe uma diferença de 4,23 pontos percentuais entre o resultado e a meta. Portanto, o dado deve ser interpretado simultaneamente como avanço e como sinal de que há aprendizagens a consolidar e metas a perseguir. A melhoria entre 2024 e 2025 constitui uma tendência positiva no recorte apresentado, mas a permanência de uma distância em relação à meta impede concluir que o desafio esteja superado.

Os dados indicam também a importância de observar a série histórica, em vez de analisar isoladamente um único percentual. A queda verificada em 2024 demonstra que os resultados podem sofrer oscilações e que a continuidade das ações de alfabetização precisa ser acompanhada de monitoramento sistemático. Já a recuperação de 2025 reforça a necessidade de identificar, registrar e sustentar as condições pedagógicas e organizacionais que acompanham os avanços. O indicador é uma referência para a gestão; a explicação de seus movimentos depende de outras informações sobre o processo de ensino e aprendizagem.

Entre os aspectos qualitativos observados está o comprometimento dos profissionais da educação. Esse elemento é importante porque as políticas de alfabetização se concretizam nas ações cotidianas de professores, coordenadores, gestores e equipes técnicas. O trabalho de articulação municipal pode contribuir para aproximar orientações, formações, acompanhamento, monitoramento e planejamento, criando oportunidades de diálogo sobre as necessidades notadas. O comprometimento, porém, não deve ser compreendido apenas como esforço individual dos profissionais, sua

continuidade requer condições de trabalho, apoio institucional, tempo para planejamento e acesso a estratégias pedagógicas adequadas.

O fortalecimento da formação continuada aparece como outro aspecto relevante. As formações podem promover estudo, troca de experiências e análise de desafios do cotidiano escolar. Para que se convertam em mudanças consistentes, precisam manter relação com as aprendizagens que se deseja desenvolver e com as necessidades identificadas nas turmas. Assim, as observações realizadas nos momentos formativos, no acompanhamento pedagógico e nas visitas técnicas, apontam mudanças nas práticas docentes e maior atenção às necessidades de aprendizagem; esse achado sugere que a formação e o acompanhamento devem permanecer vinculados à prática, com oportunidades de observar, refletir, planejar e revisar as estratégias de ensino.

O uso dos resultados das avaliações no planejamento constitui uma terceira dimensão da experiência. Quando as avaliações são lidas de forma pedagógica, os dados podem ajudar a identificar habilidades consolidadas e aquelas que demandam intervenção. A análise deve ir além da divulgação de percentuais e alcançar perguntas concretas: quais aprendizagens estão desenvolvidas? Quais dificuldades aparecem com maior frequência? Que estratégias podem ser adotadas? Como verificar se a intervenção contribuiu para a aprendizagem? Esse ciclo de análise, planejamento, intervenção e reavaliação transforma a avaliação em ferramenta de decisão, sem reduzi-la a mecanismo de classificação.

Foi possível identificar que as práticas docentes passaram a incorporar estratégias de leitura, escrita e fluência leitora. Esses campos são complementares e precisam ser desenvolvidos de modo articulado. A leitura envolve o reconhecimento das palavras, a construção de sentidos e a compreensão; a escrita demanda reflexão sobre o sistema alfabético, produção e revisão de textos; e a fluência leitora pode apoiar a leitura com precisão, ritmo e expressividade, sem substituir a compreensão. O acompanhamento dessas dimensões ajuda a construir uma visão mais ampla das aprendizagens e a evitar que o avanço em uma habilidade seja considerado suficiente para concluir todo o processo de alfabetização.

Apesar da recuperação do indicador, permanecem desafios ligados aos diferentes ritmos de aprendizagem e à consolidação das práticas pedagógicas. As crianças não aprendem da mesma maneira nem no mesmo tempo, o que requer observação sistemática e intervenções diferenciadas. Quando algumas habilidades ainda não estão consolidadas,

ISSN: 2358-8829

é importante planejar experiências adicionais, retomar conteúdos, variar estratégias e acompanhar a resposta dos estudantes. A recomposição das aprendizagens deve ser tratada como parte do planejamento pedagógico, articulada à continuidade do ensino e não como ação isolada ou desvinculada do currículo.

Outro desafio é assegurar que as práticas identificadas como promissoras não dependam apenas de iniciativas individuais ou de períodos específicos. A continuidade requer registro das ações, compartilhamento de experiências, acompanhamento pelas equipes pedagógicas e uso periódico de evidências. A gestão municipal pode apoiar esse processo ao organizar prioridades, promover espaços de formação e favorecer a circulação de informações entre as unidades escolares.

A articulação entre dados e práticas é, portanto, a principal contribuição da experiência. O indicador descreve uma melhora relevante de 2024 para 2025, enquanto os registros qualitativos destacam formação continuada, compromisso dos profissionais, análise das avaliações e mudanças nas estratégias de leitura, escrita e fluência. Em conjunto, esses elementos sugerem que o fortalecimento da alfabetização depende da aproximação entre política pública, coordenação municipal e engajamento das ações desenvolvidas nas escolas. Entretanto, por se tratar de relato de experiência e não de avaliação de impacto, a análise não permite afirmar que uma ação específica tenha causado a elevação percentual. O resultado deve ser entendido como parte de um processo coletivo e contínuo, cujo acompanhamento precisa prosseguir.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato de experiência teve como objetivo analisar avanços e desafios da alfabetização na rede municipal de Canguaretama/RN, tomando como referência a atuação municipal no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e a relação entre indicadores educacionais e práticas pedagógicas. Os dados apresentados mostram que o Indicador Criança Alfabetizada passou de 37,70% em 2023 para 32,26% em 2024 e atingiu 46,70% em 2025. A recuperação de 14,44 pontos percentuais entre 2024 e 2025 é significativa, embora o resultado permaneça 4,23 pontos percentuais abaixo da meta de 50,93%.

Além dos dados quantitativos, o material de origem destaca o comprometimento dos profissionais, o fortalecimento da formação continuada, o uso das avaliações no planejamento e mudanças nas práticas de leitura, escrita e fluência leitora. Esses aspectos indicam a importância de manter uma atuação articulada entre gestão, formação e acompanhamento pedagógico. A experiência também evidencia que o crescimento do indicador não elimina os desafios: diferentes ritmos de aprendizagem, necessidades pedagógicas heterogêneas e consolidação das práticas permanecem como pontos de atenção.

Como encaminhamento, os achados reforçam a necessidade de manter o monitoramento periódico dos resultados, utilizar as avaliações para orientar intervenções, apoiar as equipes escolares e criar oportunidades regulares para que os profissionais compartilhem práticas e analisem as necessidades dos estudantes. Também é relevante registrar as ações realizadas e os avanços observados, de modo a tornar possível acompanhar sua continuidade e revisar estratégias quando os resultados não corresponderem às metas esperadas. Tais encaminhamentos decorrem da leitura dos dados apresentados, não de uma comprovação de eficácia isolada de cada iniciativa.

Conclui-se que o CNCA constitui referência importante para fortalecer a organização das ações municipais de alfabetização, enquanto o uso responsável de dados pode aproximar planejamento e prática pedagógica. A garantia do direito à alfabetização exige compromisso coletivo, continuidade institucional e atenção às aprendizagens de cada criança. Para aprofundar a análise em etapas futuras, seria útil sistematizar informações por escola e ano escolar, registrar de modo mais detalhado as intervenções adotadas e acompanhar as aprendizagens antes e depois dessas ações. Esse aprofundamento permitiria compreender com maior precisão os fatores associados aos avanços e orientar decisões cada vez mais ajustadas à realidade da rede municipal.

**Palavras-chave:** alfabetização, formação continuada, políticas públicas, avaliação educacional, práticas pedagógicas.

ISSN: 2358-8829

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.** Brasília, DF: MEC, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Alfabetização**. Brasília, DF: MEC, 2019.

**CAED**. Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação. Avaliações e indicadores educacionais. Juiz de Fora: UFJF, 2026.